

# DA INCLUSÃO DA EXPERIÊNCIA NO ESTUDO DA COGNIÇÃO À PESQUISA-INTERVENÇÃO PARTICIPATIVA

*Christian Sade*<sup>1</sup>  
*Leticia Renault*<sup>2</sup>  
*José Guilherme Neves Soares*<sup>3</sup>

## RESUMO

*O objetivo desse estudo é discutir a inclusão da experiência na pesquisa em cognição, sobretudo em sua dimensão de alteridade, e como essa inclusão nos levou à construção de uma abordagem metodológica de pesquisa-intervenção participativa. Partimos de uma pesquisa empírica acerca do fenômeno conhecido como falsas lembranças. Nosso referencial teórico foi a abordagem enativa proposta por F. Varela. Para investigar a experiência mnêmica, usamos a técnica de entrevista cartográfica. Guiados pela alteridade da experiência mnêmica, passamos a considerar sua dimensão relacional ou prerrepletida, indo além da dicotomia entre objetividade e subjetividade, o que leva a alterações metodológicas no campo de estudos da cognição. Tais alterações dão ênfase ao domínio de inter-ação da pesquisa, entrelaçando produção de conhecimento e produção de subjetividade. Indicamos a pertinência do emprego de uma metodologia de pesquisa que é interventiva, participativa e também cuidado.*

**PALAVRAS-CHAVE:** *cognição, falsas lembranças, abordagem enativa, experiência, pesquisa-intervenção participativa.*

---

<sup>1</sup> Psicólogo. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), mestrado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é professor do curso de Psicologia do Instituto de Humanidades e Saúde da Universidade Federal Fluminense (UFF). Orcid-ID: <https://orcid.org/0000-0002-6461-4242>. E-mail: [christiansadevas@yahoo.com.br](mailto:christiansadevas@yahoo.com.br).

<sup>2</sup> Psicóloga. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, mestrado e doutorado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, com período de doutorado-sanduiche no departamento de filosofia da Universidade de Liège (Bélgica). Atualmente, é investigadora colaboradora no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Portugal). Orcid-ID: <https://orcid.org/0000-0001-8170-5851>. E-mail: [lerenault@gmail.com](mailto:lerenault@gmail.com).

<sup>3</sup> Psicólogo. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense e mestrado em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. Tem experiência na área de Psicologia, com ênfase em Psicologia Clínica e Saúde Mental, atuando principalmente nos seguintes temas: consultório na rua, humanização, saúde mental, território e pesquisa-apoio. Orcid-ID: <https://orcid.org/0000-0002-1493-8062>. E-mail: [jguilhermens@gmail.com](mailto:jguilhermens@gmail.com).

## FROM THE INCLUSION OF EXPERIENCE IN THE COGNITION STUDY TO PARTICIPATORY RESEARCH-INTERVENTION

### ABSTRACT

*The aim of this study is to discuss the inclusion of experience in cognition research, especially in alterity dimension and how this inclusion brought us to construct a methodological approach of participatory research-intervention. We started from empirical research about the phenomenon known as false memories. Our theoretical reference was the enactive approach proposed by F. Varela. To investigate a mnemonic experience, we used the cartographic interview technique. Guided by the alterity of the mnemonic experience, we started to consider its relational or pre-reflective dimension, going beyond the dichotomy of objectivity and subjectivity, which leads to methodological changes in the field of cognition studies. Such changes place emphasis on the research inter-action domain, intertwining knowledge production and subjectivity production. We indicate the relevance of using a research methodology that is interventional, participatory and also careful.*

**KEYWORDS:** *cognition, false memories, enactive approach, experience, participatory research-intervention.*

## INTRODUÇÃO

O objetivo do presente texto é retomar algumas ideias já apresentadas em outro artigo (Passos *et al*, 2018), no qual fizemos uma síntese de um projeto de pesquisa sobre o fenômeno das falsas lembranças, para explorar como a inclusão da experiência no estudo da memória nos levou à construção de uma abordagem metodológica de pesquisa-intervenção participativa. Os temas da participação e da intervenção nas pesquisas vêm ganhando destaque na medida em que as práticas de produção de conhecimento buscam não se fixar em ideais de objetividade e neutralidade, acentuando sua inserção social bem como sua dimensão política (Brandão & Streck, 2006).

A pesquisa é intervenção na medida em que conhecer e fazer são inseparáveis. Ela transforma a realidade pesquisada – intervimos para conhecer, como afirmam os institucionalistas franceses (Passos & Benevides, 2009); e não se caracteriza como representação de um objeto. É participativa na medida em que não despreza as posições do pesquisador e do participante de uma investigação, inflexão cada vez mais presente no campo mais amplo das ciências humanas, embora ainda rara no campo dos estudos da cognição.

As pesquisas participativas visam romper tanto com o pressuposto de neutralidade do pesquisador quanto com a condição de informante dos participantes (Rocha & Aguiar, 2003). Essas nos parecem indicações relevantes para o campo de estudos da cognição. A nosso ver, a pesquisa participativa aponta para a importância de se reconhecer e valorizar as experiências tanto do pesquisador quanto do participante na construção da pesquisa. O que desdobra em outra questão. Assim como a experiência, o problema da participação não é unilateral. Logo, o domínio de inter-ação da pesquisa torna-se relevante para a produção de conhecimento.

Ao se destacar a dimensão relacional da pesquisa, é preciso discutir o entrelaçamento entre pesquisa-intervenção e pesquisa participativa. Dar um sentido forte à inter-ação<sup>4</sup> depende do quanto a inclusão das experiências do pesquisador e do participante são portadoras de alteridade que deslocam e transformam os pontos de vista.

---

<sup>4</sup> É ilustrativo a este respeito, e de maneira aproximada, a apresentação feita por Marcio Goldman (2006) da natureza da perspectiva antropológica, a partir da relação entre os saberes que os antropólogos criam e manuseiam e aqueles das pessoas com as quais trabalham. Goldman busca demonstrar que o ponto central do empreendimento antropológico é a construção de teorias etnográficas, que, não se confundem com possíveis teorias científicas, e nem com as teorias nativas.

Importa reconhecer o risco de uma dupla atitude: verticalizante, que separa e hierarquiza as diferentes posições na produção do conhecimento, e, horizontalizante, que fomenta identificações, anula as diferenças e homogeneiza o conhecimento. Nem favorecimento ao objetivismo e à pretensão de neutralidade por um lado, nem favorecimento ao subjetivismo e à parcialidade, por outro.

Como sair de um ideal de inteligibilidade centrado num conhecimento desencarnado quando consideramos e partilhamos as experiências do pesquisador e do participante, sem nos fecharmos em certos pontos de vista, deixando de acolher a alteridade? Como incluir na produção de conhecimento sobre a cognição as posições do pesquisador e do participante sem coisificarmos a experiência? Considerar a relevância da experiência para a produção de conhecimento nos estudos da cognição, sobretudo numa concepção que inclua sua dimensão de alteridade, nos move a pensar metodologias de pesquisa que sejam interventivas e participativas. Este foi o caminho traçado no projeto acima mencionado, o qual queremos apresentar neste artigo.

Os estudos da psicologia sobre o caso das falsas lembranças colocaram para o grupo de pesquisa “Enativos: conhecimento e cuidado”<sup>5</sup>, um problema relativo ao reconhecimento da alteridade da experiência daquele que se lembra (Eirado *et al.*, 2006, 2010). Nas falsas lembranças, alguém se lembra de algo que não aconteceu de fato (Loftus & Ketcham, 1994; Stein, 2010) – ou, como preferimos dizer em nosso projeto, um sujeito tem uma lembrança que, objetivamente, não corresponde ao que foi convencionado no coletivo social como tendo acontecido (Eirado *et al.*, 2006).

Contudo, o relato da lembrança é verdadeiro na medida em que quem narra diz a verdade acerca de sua experiência mnêmica; não se trata de perjúrio (Loftus & Hoffman, 1989). Numa situação de pesquisa experimental sobre a memória, por exemplo, o reconhecimento da legitimidade da experiência do participante, para quem a lembrança é verdadeira, não anula a legitimidade da experiência do pesquisador, para quem, de acordo com as condições de montagem do experimento, ela é falsa. Desse modo, nos vemos lançados numa experiência paradoxal de indecidibilidade entre o verdadeiro e o falso. Os paradoxos, por sua vez, são indicadores de alteridade (Monneret, 2008), como discutiremos mais à frente neste artigo. Por ora, é importante indicar que para nós, o termo

---

<sup>5</sup> Para uma apresentação do grupo de pesquisa “Enativos: conhecimento e cuidado”, ver Passos, Sade & Macerata (2020).

alteridade não se refere apenas a um “outro”, que se poderia opor a um “eu” igualmente dotado de individualidade substancial. A noção de alteridade, aqui, põe em xeque a própria noção de identidade como dotada de substancialidade e radicalmente separada da diferença e da variação.

O fenômeno das falsas lembranças atraiu o interesse do grupo Enativos por ser um analisador do modo de produção de conhecimento no campo da Psicologia Cognitiva. Este, como atividade de pesquisa e produção de conhecimento, parece não incluir a questão da alteridade, “pois, supostamente, quando conhecemos (‘cientificamente’) não conhecemos um outrem, mas sim um objeto” (Eirado *et al.*, 2006, p. 75). A nosso ver, o tema das falsas lembranças põe em questão o caráter estritamente representacional da cognição.

Na investigação que realizamos, entendemos que esse fenômeno cognitivo nos força a incluir, como dado da pesquisa e como perspectiva de análise desses dados, a alteridade da experiência daquele que se lembra. Centralizar a pesquisa da cognição no uso de uma metodologia experimental é problemático, pois a inclusão da alteridade nos mostra a importância da inseparabilidade sujeito-objeto, da dimensão relacional, criadora e ética da pesquisa. Assim, nos servimos de uma técnica de entrevista, denominada entrevista cartográfica (Renault, Passos & Eirado, 2016), para a investigação da experiência mnêmica.

Ao longo do percurso, percebemos a construção de uma metodologia de pesquisa-intervenção participativa, através do uso da entrevista cartográfica. Portanto, acompanhando os passos do grupo Enativos, discutiremos no artigo, inicialmente, a pesquisa acerca das falsas lembranças e alguns de seus resultados; na sequência, iremos apresentar o desafio metodológico que essa pesquisa envolveu, e por fim, destacamos na entrevista cartográfica sua metodologia interventiva e participativa, bem como a articulação entre produção de conhecimento e o cuidado.

### **EXPERIÊNCIA E ALTERIDADE: O CASO DAS FALSAS LEMBRANÇAS**

O fenômeno conhecido como “falsas lembranças” ocorre quando uma experiência de lembrar não corresponde a fatos que coletivamente se reconhecem como tendo ocorrido (Eirado *et al.*, 2006; Loftus & Ketcham, 1994; Stein, 2010). Esse fenômeno foi

foco da psicologia nas décadas de 1980 e 1990 e intensamente estudado pela psicóloga E. Loftus. A psicologia cognitiva foi chamada aos tribunais norte americanos para avaliar se lembranças, principalmente de abuso sexual surgidas durante psicoterapias, correspondiam a fatos que representavam um passado socialmente reconhecido, em um determinado consenso a respeito da realidade deste fato. Em outras palavras, os juízes queriam saber se essas lembranças eram verdadeiras ou falsas.

Pensar em uma memória original ou verdadeira é entender a experiência de lembrar de forma representacional, em que a própria percepção, como representação da realidade, é vista como promessa daquilo que deverá ser lembrado, como a objetividade do passado. Porém, no início de sua formulação, o fenômeno das falsas lembranças era estudado dando-se evidência ao caráter criativo da memória – sendo chamado de “novas memórias” (“*new memories*”) (Eirado *et al.*, 2006, 2010; Loftus & Hoffman, 1989). Do ponto de vista da experiência subjetiva, verificou-se que a nova lembrança teria a mesma velocidade de acesso e o mesmo grau de confiança de lembranças tidas como verdadeiras.

Segundo Loftus e Hoffman (1989), uma nova lembrança seria experimentada como verdadeira, porém, sem corresponder a um evento passado reconhecido socialmente. O relato da lembrança é verdadeiro na medida em que quem narra diz a verdade acerca de sua experiência mnêmica. Contudo, notamos uma mudança de inflexão no campo: ao escolher enfatizar o termo **falsas** lembranças (ao invés de novas), a psicologia optou por manter o acordo social que concebe a experiência mnêmica como um processo não criativo de acesso a uma informação retida pela memória que representa um passado, de forma acurada ou não (Eirado *et al.*, 2006, 2010).

Quando os autores falam em “novas lembranças”, questionam a existência da memória original e indicam que não haveria um referencial prévio a ser lembrado, restando da memória apenas a experiência de lembrar que se faz no presente. A memória teria sua base nas condições atuais de relações do sujeito que lembra (Eirado *et al.*, 2010). A experiência mnêmica comportaria a alteridade, pondo em questão as definições tanto do passado quanto da memória. A psicologia seria assim levada a se confrontar com a experiência subjetiva do lembrar, uma vez que se trataria não tanto de um erro quanto de uma certeza para o sujeito, de uma experiência que não se limita ao fato (supostamente) representado. Essa alteridade da “nova lembrança”, contudo, não foi reconhecida, e por isso não foi acolhida, tendo-se privilegiado o termo “falsa lembrança”.

Há uma dimensão existencial e criativa nas falsas lembranças que não é destacada nas pesquisas experimentais do campo (Eirado *et al.*, 2006, 2010). Foi esse problema que interessou ao grupo Enativos. Se do ponto de vista da justiça a acurácia da lembrança importa, pois se pode evitar que um inocente seja preso, do ponto de vista da experiência ela se mostra problemática. A abordagem enativa, proposta por F. Varela, nos ajudou a formular esse problema: ela põe em cena a gênese da realidade cognitiva, a base concreta, incorporada, a partir da qual coemergem sujeito e mundo (Varela, 2003; Varela, Thompson & Rosch, 2003). Ela se diferencia assim da abordagem representacional, que parte de uma relação sujeito-objeto já constituída, pressupondo a existência prévia e independente do sujeito e do objeto.

O neologismo enação (do inglês *enaction*, atuação) nos ajudou a pensar a cognição como atividade criadora. Quando alguém lembra de um abuso sexual, ele sente e age como abusado, de modo que o outro surge para ele como abusador; há coemergência de si e de mundo. Ao lembrar, a história pessoal do sujeito se transforma, transformando também o que ele percebe como sendo o mundo. Era esse caráter enativo ou atuante da experiência mnêmica que nos interessou investigar e aprofundar, e que era pouco enfatizado em prol do estudo da acurácia e do controle da atividade da memória.

Mas havia outra indicação importante no conceito de coemergência para a formulação do problema. Como manifestação fenomenal, a experiência é sempre **em relação a** alguém, mas não **de** alguém, pois o sujeito não preexiste à experiência, ele emerge a partir dela (Eirado, 2005; Passos & Eirado, 2009; Petitmengin, 2007; Varela *et al.*, 2003). Na base da experiência, sujeito e mundo são inseparáveis, apesar da vivência cotidiana da atitude natural em que esses termos são tomados como separados e pré-existentes. Esta compreensão da cognição nos levou a distinguir duas dimensões da experiência: experiência vivida e experiência prerrefletida (Eirado *et al.*, 2010).

A experiência vivida refere-se às motivações, sentimentos, lembranças, histórias de vida e reflexões acerca das vivências de um sujeito. Cotidianamente, lidamos com o mundo como se o representássemos: essa dimensão é parte da experiência vivida. Quando, por exemplo, tomamos uma decisão com base em nossa experiência, geralmente é à experiência de vida que nos referimos: tudo aquilo que aprendemos e acumulamos como parte de nossa história pessoal. Já a experiência prerrefletida é a dimensão da experiência que abrange a coemergência de si e de mundo. Essa dimensão da experiência

não é vivida da mesma forma que as representações cotidianas ou como propriedade pessoal, parte da nossa história individual.

O reconhecimento da coemergência não é uma vivência corriqueira; apenas em raros momentos nos damos conta, efetivamente, da dependência ontológica entre nossa identidade e o mundo como o percebemos. No entanto, essa dimensão processual não se separa da experiência de vida, formando a sua base genética, fonte de variação. Essa é a dimensão de alteridade da experiência, que a impede de se fechar totalmente numa forma de si e de mundo. Por meio dela, a experiência vivida coexiste com sua dimensão de outrem, suas qualidades definidas coexistem com franjas indefinidas. Por isso, a experiência mnêmica não é completamente determinada, ela pode assumir configurações novas, de acordo com as condições de relações que se estabelecem no presente. Como pesquisar a memória considerando essa dupla dimensão da experiência? Não bastaria investigar apenas a experiência vivida, precisaríamos acessá-la também em sua dimensão processual. Quais seriam as consequências dessa inclusão da experiência prerrefletida?

Para investigar essas questões, propusemos o projeto de pesquisa “O paradigma reconstrutivista da memória: um estudo comparativo das metodologias em primeira e terceira pessoa no domínio da Psicologia da Cognição” (Passos *et al.*, 2018). O objetivo era comparar o estudo da experiência mnêmica por meio de duas metodologias distintas, que compuseram duas etapas do projeto: experimental e de entrevista cartográfica. A primeira etapa consistiu na apresentação de um protocolo experimental no computador com o objetivo de produzir falsas lembranças, baseado no protocolo de Belli (1989). A partir de uma escolha aleatória, dez alunos de diferentes cursos da UFF, com faixa etária entre 18 e 25 anos, aceitaram o convite para participar da pesquisa. O critério de exclusão dos participantes foi estarem cursando Psicologia.

Na etapa experimental, descrita anteriormente (Passos *et al.*, 2018), exibia-se uma sequência de slides fotográficos contando uma história (visita entre amigos), sendo que quatro slides continham um item crítico cada. O item crítico é o alvo das informações enganosas (desinformações) que visam a produzir falsas lembranças. Os slides mostravam jovens recebendo a visita de amigos em casa; eles aparecem conversando, fazendo uma refeição juntos e dançando. Alguns slides sugerem que a música estava alta e um vizinho aparece para reclamar do barulho. Os itens críticos eram elementos do



ambiente em que estavam, como o nome de uma revista que aparecia na mesa da sala e o horário indicado por um relógio de parede. Esses itens críticos eram o alvo de informações enganosas da narrativa lida pelos participantes após a visualização dos slides e a realização de uma tarefa distratora.

Ao final do experimento, realizava-se um teste de memória com diversas perguntas sobre as imagens, sendo que quatro delas diziam respeito aos itens críticos. Considerava-se que havia produção de falsa lembrança quando o participante respondia no questionário a informação relativa ao item crítico, contida na narrativa (“desinformação”), em vez do que estava no slide<sup>6</sup>.

Uma semana após a realização do protocolo experimental, os participantes retornavam para a segunda etapa, a da entrevista cartográfica (Passos *et al.*, 2018). A formulação da entrevista cartográfica teve como inspiração a entrevista de explicitação, elaborada por P. Vermersch (1994). O objetivo da entrevista de explicitação interessou à pesquisa das falsas lembranças, pois essa entrevista se volta a uma ação e cria instrumentos que permitem falar de processos e atos, mais do que de objetos ou dados. Essa técnica busca possibilitar que um saber-fazer se torne consciente para o entrevistado e possa ser colocado em palavras. A entrevista de explicitação nos foi útil, pois, mais do que estudar as lembranças pelo resultado de uma tarefa, nos interessou estudá-las como uma atividade que transcorre de maneiras diferentes em cada caso.

Procurávamos abordar o ato de lembrar como um saber-fazer, explorando seu processo de constituição. No entanto, como já indicado anteriormente (Renault *et al.*, 2016), não mantivemos todas as características da entrevista de explicitação em nosso trabalho. Uma das principais adaptações que realizamos em relação a essa técnica diz respeito à própria noção de “explicitação” que, dado o caráter criador da experiência que buscávamos enfatizar, não podia ser inteiramente mantida em nossa entrevista. Outra diferença foi em relação à noção de “vivido de referência”, isto é, o alvo do processo de explicitação; nas entrevistas cartográficas, o vivido de referência era apenas um ponto de partida para o diálogo e podia ser alterado ao longo da entrevista. Sendo assim, denominamos a entrevista de cartográfica, privilegiando o acompanhamento de processos e movimentos da experiência, o que exigia procedimentos de entrevista igualmente processuais (Tedesco, Sade & Caliman, 2013).

---

<sup>6</sup> Para mais detalhes sobre a realização do experimento, cf. Passos *et al.*, 2018.

A entrevista cartográfica não se constitui para nós como um meio de coleta de informações imediatamente disponíveis, nem para o entrevistador nem para o entrevistado. Trata-se de uma entrevista não diretiva, que sustenta uma atitude de abertura e de experimentação. Com a entrevista cartográfica, guiamos de modo não diretivo o entrevistado à sua própria experiência, dispendo de tempo para a emergência de uma lembrança que não está dada de antemão.

Durante a entrevista cartográfica, assim como na entrevista de explicitação, buscase sair da atitude natural em que o entrevistado automaticamente narra sua experiência como se estivesse julgando, ou seja, falando **sobre** a experiência. Sair dessa perspectiva implica se relacionar de outro modo com a experiência: ao invés de responder às perguntas de um entrevistador, exprime-se a vivência de um ato cognitivo, acolhendo a alteridade que se manifesta. A entrevista cartográfica desenvolve técnicas úteis à exploração da dimensão prerreﬂetida, que, para a abordagem enativa, é intrínseca a toda experiência e implica em reposicionamento dos participantes.

Na entrevista, começávamos por pedir ao entrevistado que se colocasse novamente na experiência de ter realizado o protocolo experimental, de modo a revivê-la. Nós queríamos usar a entrevista como meio de investigar a experiência dos participantes em ter realizado o protocolo. Nossa hipótese era que a entrevista cartográfica nos permitiria abordar diretamente a experiência mnêmica, acessá-la em sua espessura, em sua dupla dimensão de experiência vivida e prerreﬂetida, o que não seria possível por meio do protocolo experimental. Qual a diferença em se pesquisar a atividade de lembrar não apenas como inferência do pesquisador a partir dos resultados observados de uma tarefa (protocolo experimental), mas também como um processo ou uma ação cognitiva disponível como experiência consciente para o participante, mediante uma entrevista?

Realizamos seis entrevistas, com seis participantes. Alguns resultados mostraram interessantes variações da experiência do lembrar, convergentes com a nossa hipótese (Passos *et al*, 2018). As entrevistas indicaram que os participantes não ficavam passivos durante a realização do protocolo e produziam saber acerca do experimento. Neste artigo, extraímos exemplos de duas dessas entrevistas (entrevista 1 e entrevista 2). Na entrevista 1, o entrevistado compartilhou sua decisão de responder de acordo com a narrativa escrita, embora ele também se lembrasse da imagem do slide:

Quando eu vi a imagem, eu pensei, essa é a hora - 3 horas, vou prestar atenção nesse detalhe, eu acho que vai ser importante para a pesquisa dela

[a entrevistadora]. E depois, quando eu vi o texto escrito, sei lá, 9 horas, eu pensei: calma aí, têm duas horas aqui! Mas aí obviamente eu não sou dono da verdade, então eu pensei: será que eu esqueci ou confundi? Então vou colocar a segunda.

Esse entrevistado, ao assistir as imagens do protocolo, buscou prestar atenção a detalhes supondo que seriam perguntados depois. Essa experiência não era acessível durante a realização do protocolo, tampouco pelas respostas ao questionário. Em várias entrevistas, pudemos constatar que as respostas ao questionário dependiam destas hipóteses formuladas pelos entrevistados, que por sua vez eram inseparáveis de uma postura ativa frente ao protocolo experimental. Essas respostas não refletiam necessariamente as suas lembranças referentes ao protocolo. Não podíamos assumir que uma resposta tida como “falsa lembrança” no protocolo experimental correspondia de fato à vivência desta experiência pelo participante da pesquisa.

Ao longo das entrevistas que realizamos, era frequente que as lembranças que surgiam nas entrevistas não necessariamente estivessem relacionadas aos itens críticos do protocolo. Muitas vezes elas se reportavam a outros itens e mesmo a experiências de vida diferentes. Na entrevista 2, a entrevistadora pergunta: “Como foi a experiência de realizar o protocolo?” O entrevistado hesita e, aos poucos, vai se lançando em uma experiência mnêmica que entrelaça o passado da atividade de ser submetido ao protocolo com o presente da situação da entrevista. Ao tentar reviver os slides fotográficos, ele inicialmente responde que “está tudo misturado”, “obscuro e confuso”. Depois, relata que as lembranças da imagem se misturam com as lembranças da aula que acabara de assistir: o personagem do slide “aparece” na experiência de lembrar com o rosto de um colega com quem ele tinha estado há pouco:

Eu falei tudo misturado porque me veio uma coisa agora, eu estava assistindo uma aula, sentado num canto da turma, e lá na frente tinha uma pessoa assim, um cara que eu nem sei o nome, eu não conheço muita gente dessa turma não, então tá me vindo esse cara esperando a porta abrir (risos), sabe? [no slide em questão, há alguém próximo à porta], é por isso que eu falei que tá misturado (risos), não tem nada a ver né! (...). Cara, tá impressionante essa coisa desse cara que tava na aula! (risos) Ele que é o personagem, ele se tornou o personagem dessa... dessa estória de vocês, porque eu não lembro do rosto de ninguém...

Nessa mesma entrevista 2, a experiência de participar de uma pesquisa de psicologia entrelaçava entrevistado e entrevistadora de tal maneira que produzia

constrangimento e surpresa frente a uma atitude inabitual de acessar a própria experiência:

- Acho que tinha uma pessoa de saia indiana.
- Saia indiana?
- Sei lá, não é saia indiana estas saias que essas meninas quase hippies usam?
- Como é que era essa saia?
- Não sei como é que era não, agora que tá me vindo azul, é sei lá, poucos detalhes, mas pode ser qualquer cor, só lembro que acho que tinha alguém vestido de saia grande (risos). Pode ser, sei lá, ...laranja, agora me veio azul (risos de novo). Sei lá... que coisa engraçada eu nunca fui ao psicólogo, nada disso, sabe, mas achei engraçado, sabe... diferente (resmungos ao fundo).

Exemplos como estes indicavam para nós o acesso à experiência em sua dupla dimensão (vivida e prerrepletida), pois destacavam o caráter criador ou enativo da experiência mnêmica, de coemergência de si e de mundo. A lembrança não era vivida como mera representação de um passado pelo participante e tampouco pelo pesquisador. Não podíamos circunscrever as lembranças de antemão, como entidades estanques. Nas entrevistas, notávamos, mais do que a descrição de uma lembrança, a emergência de experiências inéditas. Os entrevistados assumiam que essa outra lembrança era também a sua lembrança, o que lhes causava espanto ou desconcerto, por isso eram comuns os risos. Os entrevistadores muitas vezes também compartilhavam essas experiências, e riam junto. Buscávamos acessar e acompanhar a experiência em sua espessura, de modo que a alteridade da experiência pudesse ser acolhida. Embora as experiências narradas estivessem, para o participante, ligadas à vivência do experimento, elas ultrapassavam a referência supostamente objetiva do protocolo experimental, que procuramos estabelecer inicialmente. Outras vivências, contudo, faziam sentido para o entrevistado e por isso eram exploradas na entrevista.

As decisões acerca da condução da entrevista só podiam ser tomadas caso a caso, através do compartilhamento da experiência do entrevistado por parte do entrevistador. As modulações da experiência mnêmica, muitas vezes, pareciam ruídos ininteligíveis, detalhes sem importância, mas que, paradoxalmente, também convidavam o entrevistador a se aproximar. O entrevistador intuía algum sentido a ser explorado, o que não se fazia sem um reposicionamento, donde ele compartilhava o estranhamento dos entrevistados. A entrevista precisava estar atenta às questões postas pela experiência. Ela precisava

acolher a recalcitrância (ou resistência) do objeto, isto é, a capacidade que os objetos têm de problematizar aquilo que é dito deles, levantando novas questões, tensionando os saberes e as práticas dos pesquisadores (Despret, 2004). A referência ao objeto aqui não diz respeito ao entrevistado, mas sim à experiência, que se atualizava em suas falas, gestos e posturas. Afinados à abordagem enativa, investigávamos a memória como um processo emergente na/da experiência. A experiência não era para nós uma variável interveniente, tampouco um dado a ser representado. Vejamos melhor essa metodologia.

### **EXPERIÊNCIA E ALTERIDADE: UM DESAFIO METODOLÓGICO**

Esses resultados não teriam sido alcançados sem que nos ocupássemos com outra disputa de sentido, a saber: o que é e como fazer pesquisa em Psicologia? Não fortuitamente, propusemos um projeto que visava comparar duas metodologias. Ao mesmo tempo em que nos sentíamos forçados a investigar a experiência dos fenômenos mnêmicos, éramos levados também a considerar, reflexivamente, a própria experiência suscitada pelos dispositivos de pesquisa, pois, no contexto de investigação, eles são parte fundamental das condições atuais de relações do sujeito que lembra. A experiência investigada é inseparável da experiência mobilizada pelo dispositivo de pesquisa. Essa reflexividade nos acompanhou durante toda a realização do projeto. Distinguimos a partir da própria experiência dos dispositivos de pesquisa (protocolo experimental e entrevista cartográfica) dois movimentos diferentes, um de afastamento e outro de aproximação da experiência.

Normalmente, nos experimentos em cognição, os participantes são fontes de dados para o estudo dos processos cognitivos. Este modelo baseia-se na proposição de tarefas e análise das respostas obtidas, principalmente quanto às variáveis “tempo de reação” e “score de acertos” (Kantowitz, Roediger III & Elmes, 2006). Um exemplo são as investigações experimentais sobre os efeitos da desinformação. O experimento realizado por Belli (1989), e replicado em nosso projeto, exemplifica esse tipo de pesquisa acerca do efeito da desinformação. Nele, os procedimentos são controlados com a intenção de estudar objetivamente a produção da desinformação, que teria como efeito uma falsa lembrança supostamente passível de ser inferida com base nas respostas dos participantes aos testes.

Contudo, a ideia de erro (ou acerto) e de desinformação pressupõe uma concepção prévia da realidade da experiência. Nas entrevistas, observávamos uma singularidade nos relatos das lembranças, que nos interrogava e demandava que parássemos e nos inclinássemos em direção a elas. Precisávamos de fato entrar em relação com os sujeitos para escutar o que ali não comparecia como índice de uma realidade dada, mas sim como indicação de outra realidade, de outro passado, isto é, de uma alteridade; não podíamos simplesmente julgar as lembranças como verdadeiras ou falsas. Os relatos dos entrevistados eram, frequentemente, portadores de uma experiência que não podíamos representar. Precisávamos entrar em relação com os participantes da pesquisa, pois o encontro com essa singularidade demandava de nós outro tipo de movimento na produção de conhecimento, diferente daquele típico do protocolo experimental (Eirado *et al.*, 2010; Passos *et al.*, 2018).

O desafio era conceber um modo de pesquisar que não se restringisse ao que denominávamos modelo judicativo de conhecimento, o qual, baseado na representação, se atém ao dado. Anteriormente, mostramos que o experimento científico está estruturado segundo o ato do julgamento (Eirado *et al.*, 2006). Para julgar é sempre necessário ter concluído um processo que resultou em dados ou evidências. O juiz não pode concluir sua tarefa enquanto um processo estiver em curso; nesse sentido, o momento de julgar é aquele em que um dado conclui um processo. No experimento, o processo também cede lugar ao dado: o participante em sua experiência singular desaparece, restando apenas os *scores* de respostas e o ponto de vista judicativo da ciência (Passos *et al.*, 2018). Com a experiência reduzida à sua face objetivada, a gênese do dado fica oculta; aspectos qualitativos e intensivos da experiência, que sempre se dão como processos, ficam perdidos.

As entrevistas mostraram como muitos aspectos importantes da experiência dos participantes, durante a realização do protocolo, eram deixados de lado – eles formulavam hipóteses acerca do experimento e desconfiavam que o pesquisador estivesse lhes escondendo algo, supunham que havia “pegadinhas”. Outros autores também colocam em questão essa suposta “ignorância” do participante da pesquisa (Despret, 2011). Jack e Roepstorff (2002) afirmam que os experimentos acerca dos processos cognitivos superiores, como memória de trabalho, resolução de problemas e processos atencionais, são influenciados pelo modo como o participante compreende as instruções fornecidas

pelo pesquisador, pelas metas e estratégias que ele adota para realizar a tarefa. Nada disso é visível no comportamento observado.

Esses casos, a nosso ver, mostram a participação da experiência nas pesquisas, ainda que normalmente não seja reconhecida como tal. O problema é a cognição ser reduzida a estruturas universais, presentes em indivíduos abstratos e desencarnados e que seriam acionadas da mesma forma numa mesma situação experimental (Despret, 2004). Quando o comportamento, base fenomênica das pesquisas da psicologia cognitiva, se torna dado – tempo de reação e *score* de acerto e erro – e é inserido em curvas estatísticas, ele é abstraído de atores específicos, de uma situação específica. Em suma, ele é abstraído de sua concretude para se tornar índice de uma estrutura geral e formal.

O processo da pesquisa é assim separado dos dados que ele gera, e da realidade cognitiva que lhe cabe representar. A experiência (quando mencionada) se torna geralmente nesse contexto uma noção mitigada, uma variável a mais, a ser evitada ou controlada pelo experimento. Dizemos que a abordagem representacional visa uma cognição desencarnada, que é de todos e para todos, ou seja, de ninguém. Por outro lado, a abordagem enativa visa uma cognição encarnada, que está sempre em relação a alguém singular e concreto, e cuja compreensão, portanto, requer o acesso à experiência. É nesse sentido que nos referimos a uma inclusão da experiência na pesquisa.

Do ponto de vista do pesquisador da memória, todavia, acolher a experiência mnêmica promove uma alteração em suas hipóteses e expectativas de pesquisa: não há uma referência única que sirva de “régua” para mensurar a veracidade da lembrança e o resultado observável do comportamento do participante é insuficiente para lhe instruir sobre o que se passa durante a experiência de lembrar. Do ponto de vista do participante da pesquisa, a experiência mnêmica também pode ser portadora de alteridade, uma vez que, ao experimentar uma lembrança “nova”, sua própria história se transforma e, não raro, ele manifesta surpresa e estranhamento ao vivenciá-la. Essa inclusão, portanto, não é sem efeitos.

Nas entrevistas, entrávamos em contato com ambiguidades da experiência que não nos permitiam definir facilmente o sentido do que estava sendo dito, decidir facilmente por onde seguir, dificuldade que era também compartilhada pelos entrevistados no seu acesso à experiência. Nesses casos, o acolhimento da experiência não nos permitia discretizar ou binarizar totalmente os seus conteúdos, confundindo distinções qualitativas

com separações absolutas. A experiência de entrevista não nos autorizava a desmembrar as lembranças umas das outras, determinando quais eram referentes ao protocolo e quais não eram. Não nos era possível comparar item a item o protocolo experimental e a entrevista. Da mesma forma, na entrevista 2, o rosto do “cara da aula” se tornava inseparável do personagem da história do slide; ou, quando mais adiante, este entrevistado afirma “vem azul, vem laranja”, “mas pode ser qualquer cor, (...) sei lá, coisa engraçada”. A experiência em sua face processual, não discreta, era uma dimensão fundamental que visávamos acessar e acompanhar; porém, para um pesquisador experimental que visa estabelecer correlações regulares entre os *scores* de respostas e a estrutura cognitiva da memória, ela precisaria ser evitada. O método experimental se mostrava, assim, insuficiente para estudar a dimensão coemergente do que se passava no próprio *setting* de pesquisa. As entrevistas indicavam um caminho metodologicamente complementar de exploração dos aspectos relacionais da experiência<sup>7</sup>.

A psicologia experimental muitas vezes centra o seu trabalho no estabelecimento de uma relação sujeito-objeto típica das ciências naturais, a qual toma a realidade como dada, independente de qualquer sujeito (tanto pesquisador quanto participante), homogeneizando a experiência cognitiva. Este ideal de inteligibilidade das ciências naturais se caracteriza por uma desconfiança e um conseqüente afastamento da experiência, para promover o conhecimento por meio da separação sujeito-objeto (Sade, Ferraz & Machado, 2013). A experiência passa a ser evitada em prol do experimento, pois, enquanto portadora de singularidade, de alteridade, o seu comparecimento mobiliza o interesse tanto do pesquisador quanto do participante, turva as fronteiras de uma clara separação entre sujeito e objeto, dificultando o juízo acurado acerca da realidade (Despret, 2004).

Para nos voltarmos à experiência, incluir sua dimensão de processualidade e não a tomar apenas em seu aspecto de dado, era preciso conceber de outro modo a produção de conhecimento. Voltamos justamente para a relação, através do uso de técnicas de entrevista. O desafio metodológico foi construir dispositivos que nos permitissem instaurar novas modalidades de encontro com os participantes da pesquisa. A experiência depende dos encontros, se dá no **entre-dois**, como relação, como coemergência (Varela

---

<sup>7</sup> Acerca de uma possível complementaridade entre ciências cognitivas e a investigação da experiência, ver Varela (1996).



*et al.*, 2003), ela não se reduz a um dado a ser representado. Não seria possível investigar a experiência fora das modulações da dimensão relacional.

Percebemos que com essa mudança no modo de produção de conhecimento na psicologia da cognição estávamos construindo uma proposta de metodologia participativa e interventiva. A pesquisa dependeria dos encontros, da relação; a pesquisa seria também participativa. A inclusão da experiência no processo da pesquisa não nos deixaria ilesos; a pesquisa, ao sofrer os efeitos dessa intervenção, seria, ela própria, também uma intervenção. Havia entrelaçamento entre participação e intervenção, na medida em que a participação não se confundia com a realização de uma tarefa determinada por um sujeito determinado. A realização de uma tarefa por um sujeito num experimento não significa que a pesquisa seja participativa. Mesmo no caso de pesquisas ditas qualitativas, a nosso ver, o mero fornecimento de informações por um indivíduo não garante o caráter participativo, ou se caracteriza, no máximo, como uma participação mitigada ou automática (Renault & Ramos, 2019). É preciso que a participação seja via de acesso à alteridade, sendo assim, fonte de alterização do conhecimento.

As falas, gestos e expressões dos entrevistados eram importantes na medida em que eram vias de acesso à experiência. A participação que importava para nós era a da experiência, que se fazia presente através do corpo do entrevistado. Era importante que a participação nos interpelasse. O pesquisador não acessa a alteridade da experiência numa relação de si para consigo, no solipsismo; o grupo Enativos não buscou pesquisar a experiência mnêmica como um objeto a ser representado pelo próprio pesquisador – tal como o era na introspecção clássica, feita no final do século XIX. Também o participante encontra um *setting*, um pesquisador, uma tarefa, instruções, perguntas. Valorizávamos a participação do próprio pesquisador. A dimensão interativa ou participativa da pesquisa era fundamental para a produção de conhecimento. E na medida em que a relação mobilizava a experiência, ela possuía efeitos de produção de subjetividade, que precisavam ser acompanhados e cuidados. A metodologia interventiva e participativa da entrevista que construíamos articulava produção de conhecimento e cuidado.

#### **A ENTREVISTA CARTOGRÁFICA COMO PESQUISA-INTERVENÇÃO PARTICIPATIVA: PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO E CUIDADO**

Nas entrevistas cartográficas, os relatos dos participantes são vividos por nós como vias de acesso a outras possibilidades de experiências, a outras lembranças, que ainda não

percebemos claramente, mas que, por isso mesmo, nos interpelam e nos conduzem. Na imediaticidade do encontro se dá uma espécie de diálogo, em que a reciprocidade da relação conduz à atualização tanto de si quanto do outro. A relação é constituidora, não se dá entre entes pré-existentes. A alteridade irreduzível de outrem é o que, no interior da própria experiência, se apresenta como um estrangeiro ao lado do familiar; é o que faz, ao se reconhecer um homem, uma paisagem, ou uma lembrança, também estranhá-los. É o que permite à experiência não se reduzir a um eu prévio, abstrato e independente, pois que compelido a se constituir em relação, em presença.

Como base genética da experiência vivida e que, por conseguinte, antecede à separação eu-mundo, o acesso à dimensão prerrefletida e processual da experiência pode se confundir com uma ausência absoluta de dualidade. Nessa perspectiva, o acesso à dimensão prerrefletida não poderia ser compreendido a partir do ponto de vista da cognição (que pressupõe a dualidade sujeito-objeto); seria como se acessássemos uma experiência totalmente sem objeto, uma experiência sem si e sem mundo. No entanto, não poderíamos falar de cognição enativa sem o contato com a alteridade, com as ambiguidades do objeto que torna móvel tanto a linha que o separa de outros objetos quanto a linha que o separa de nós. Essa posição frente à alteridade é diferente não só de uma total separação como de uma unidade indiferenciada.

Assim, estamos compreendendo a alteridade não como a qualidade de um “outro”, radicalmente diferente e separado de um “eu”. Para a abordagem enativa, “eu” e “outro” não são dotados de existência independente e substancial. A alteridade que nos interessava estava na própria experiência, em sua dimensão coemergente, paradoxal. Os paradoxos nos põem no limiar do pensável e do representável, nele o que deveria se manter separado se entrecruza num mesmo plano, de tal forma que o que se distingue não se separa, como no famoso desenho das mãos de Escher (Varela, 1994).

Reconhecer a legitimidade da experiência mnêmica (da qual dependem as condições de verdade e/ou falsidade) fere o pressuposto de separabilidade radical entre o plano da existência (objeto) relativamente ao plano da linguagem (sujeito). A própria memória como objeto de referência ao enunciado não se assegura como um fundamento independente e estável, passando então a se constituir no interior de uma dinâmica paradoxal. Ela se apresenta como um horizonte indeterminado (Eirado & Passos, 2004), que não pode ser considerada nem só objetiva, nem só subjetiva, nem só exterior, nem só

interior, nem só verdadeira, nem só falsa, isto é, como alteridade. A partir do paradoxo, a alteridade se define como esse outrem que é diferente do mesmo (*ipse*) e dele não se separa; ela nos lança no plano do entre-dois. Diferença irreduzível aos pontos de vista pelos quais normalmente compreendemos um problema e que, por isso mesmo, é fonte de seus deslocamentos e de suas transformações qualitativas (Monneret, 2008).

O acesso à dimensão prerreﬂetida da experiência não pode ser deﬁnido como ausência de dualidade, mas sim como uma transformação na sua natureza: da separação eu-mundo à coemergência<sup>8</sup>. Podemos caracterizar melhor a metodologia que construíamos para uma abordagem enativa da cognição: a produção de conhecimento é dialógica, ela depende da reciprocidade da relação – donde os seus aspectos participativo e ético; a produção de conhecimento nos reposiciona, transforma o si e o objeto – donde o seu aspecto de intervenção.

A aproximação da experiência promovida pela entrevista cartográﬁca requer outro *ethos*, uma mudança de atitude: de uma atitude de sobrevoo típica da relação sujeito-objeto, para uma relação sujeito-sujeito, pondo-se ao lado da alteridade que nos interpela e nos tira da centralidade na produção de conhecimento. Recorrendo à ﬁlosofía de Buber (2001), podemos designar essa atitude de acolhimento da alteridade como uma relação Eu-Tu (Renault, 2020). Essa mudança de atitude transforma o sujeito: ele não é mais o mesmo “sujeito” da relação sujeito-objeto.

Para Buber, o “Eu” da relação “Eu-Tu” não é o mesmo “Eu” da relação “Eu-Isso”: O Eu da palavra fundamental “Eu-Isso” aparece com um ser isolado e toma consciência de si como o sujeito do conhecimento prático e do hábito, como aquele que possui um conhecimento. Já o Eu da palavra fundamental “Eu-Tu” toma consciência de si como uma subjetividade, sem um regime de posse, sem considerar-se como a fonte do conhecimento (Buber, 2001). Daí o elo que se tornou fundamental para a entrevista que realizamos entre autonomia e alteridade: o Eu a que chamamos “sujeito”, autônomo e dotado de subjetividade, é aquele capaz de acolher o Tu, ou seja, capaz de acolher a alteridade.

---

<sup>8</sup> É nesse sentido que compreendemos o que Passos e Eirado (2009) denominam “dissolução do ponto de vista do observador” como pista metodológica: não se trata de anular o observador e, por conseguinte, a observação, mas sim de alterar o seu estatuto, de tal maneira que não mais se coloca a separação entre observação e conteúdos observados.

Essa concepção de autonomia ligada à alteridade se tornou importante para nós, pois anunciava um caminho intermediário entre posições extremas na psicologia. Por um lado, a discussão sobre alteridade pode supor que “eu” e “outro” são radicalmente distintos e separados em sua origem; por outro lado, pode supor que “eu” e “outro” são idênticos e originalmente fundidos, não havendo diferença fundamental entre eles (o que conferiria um estatuto marginal ou secundário à alteridade). No primeiro caso, a autonomia tende a ser entendida como independência do sujeito; no segundo, a autonomia pode se tornar secundária frente ao determinismo e às relações de causalidade. Conceber a autonomia como acolhimento da alteridade equivale a reconhecer a interdependência entre Eu e Tu, dando primazia à relação: ser autônomo não é agir de maneira independente e isolada, e sim levar em consideração os elos que nos constituem (Renault, 2020) Por isso, a denominamos autonomia coletiva (Passos *et al.*, 2018).

Quando um dos entrevistados disse – “Sei lá, que coisa engraçada, eu nunca fui ao psicólogo” – percebemos uma experiência compartilhada pelo entrevistador de surpresa e fruição. Um tipo de fala também indicativa dessa abertura à experiência e de saída de uma posição de controle era quando diziam: “está me vindo...”, que normalmente era acompanhada de uma lentificação da fala e muitas vezes de um estranhamento. Nesses momentos de autonomia coletiva, as falas na entrevista conectavam-se a esta experiência que surgia, e não a interpretações ou juízos a respeito de objetos, sendo geralmente acompanhada de expressões de desconcerto. Entrevistador e entrevistado sentiam-se dependentes da experiência de entrevista, de modo que suas falas eram capazes de enunciar esta experiência, ao invés de se constituírem de maneira proprietária e isolada. Essa fala, “Sei lá, que coisa engraçada, eu nunca fui ao psicólogo”, por exemplo, é indicadora de que a entrevistadora também se constituía de maneira diferente no desenrolar da própria entrevista: se até então a entrevistadora aparecia como cientista ou experimentadora, neste momento ela surge como psicóloga, o que altera o seu papel, sua forma de responder à situação, sua relação com o entrevistado, sua experiência, enfim.

Esse “caminho intermediário” vinha ao encontro das proposições de Varela (2003) e do conceito de enação. Esse conceito descreve a cognição como um processo autônomo de constituição mútua entre sujeito que conhece e objeto conhecido. Destacamos nesse conceito seus aspectos ontológicos e, sobretudo, éticos de relação com a alteridade. Na relação com outrem, o objeto de conhecimento não é completamente

predefinido com base em representações *a priori*, assim como o próprio sujeito não se apresenta de forma completamente predeterminada – inacabados, são constituídos em relação. Por isso, o nosso grupo de pesquisa passou a se chamar **Enativos: conhecimento e cuidado**, destacando simultaneamente essas duas faces do mesmo conceito.

Nossa abordagem metodológica entendeu que a produção de conhecimento supõe um posicionamento ético de acolhimento da alteridade e de cuidado, sendo caracterizada como pesquisa-intervenção participativa. A produção de conhecimento acerca das falsas lembranças nos mostrou a importância de cuidar das relações que estavam na base da emergência dessas lembranças: as relações com o participante da pesquisa, com os dispositivos experimentais, com os afetos que acompanhavam os atos de lembrar, de esquecer, de se sentir testado, de avaliar, etc. Estes não eram fenômenos estranhos às falsas lembranças, variáveis intervenientes a serem controladas, mas componentes fundamentais do objeto de estudo. Reconhecer essas interdependências no interior da experiência da pesquisa pressupunha que esta também pudesse ser vivida não como algo completamente dado, mas sim como portadora de alteridade. Dessa forma, a pesquisa intervinha na medida em que cuidava dos seus efeitos de produção de subjetividade; e essa intervenção tinha como direção ética a autonomia coletiva.

Era comum, por exemplo, que a entrevista fosse inicialmente vivenciada pelos entrevistados do mesmo modo que o protocolo experimental: como um teste a que deveriam responder corretamente. Essa vivência contribuía para que o entrevistado tivesse dificuldade em sustentar uma atitude de abertura para acessar uma lembrança não imediatamente disponível. Respondiam então prontamente, fornecendo informações abstratas, adequadas ao que é socialmente esperado que se responda: “Éee, eu percebi que era tipo um encontro de amigos, né! Amigos recebendo amigos em casa, tipo uma recepção, tipo um jantar né! Eee, aí vai seguindo todas aquelas convenções de reuniões com amigos e tal...”. Em outros momentos, ao se dar conta dessa resistência em acessar a experiência, também ocorria de o entrevistado se responsabilizar e se justificar, com respostas do tipo: “eu me distraí muito”, “não me pego muito a detalhes”, “não consigo me lembrar bem”, que podiam ser acompanhadas de sentimentos de desconforto ou tensão. Falas como essas não eram simplesmente a descrição de um conteúdo, mas expressões de uma experiência atual.

O entrevistador, nessas situações, muitas vezes fazia relances do tipo: “se dê tempo”, “não há uma resposta correta a ser dada”. Também era fundamental, neste caso, que o próprio entrevistador manifestasse que ele não estava vivenciando a entrevista como um teste, para a qual ele deveria fazer as perguntas corretas e garantir o cumprimento de uma tarefa. Curiosamente, as manifestações do entrevistado ajudavam para que, reflexivamente, o entrevistador tomasse consciência da sua própria vivência. Dessa forma, essa disposição existencial, de se sentir testado, podia ser vivida como uma possibilidade de sentido dentre outras (Passos *et al.*, 2018). Houve uma entrevista em que, num momento de silêncio e certo marasmo, o canto marcante de um passarinho, vindo do lado de fora da sala, ajudou a alterar o rumo da entrevista e a conversa a fluir melhor.

O interesse pela experiência do lembrar nos levou a buscar formas de diálogo e de encontro que reconhecessem a presença da alteridade. Com os recursos metodológicos da entrevista cartográfica, podíamos contemplar a reciprocidade do Eu-Tu como tal, e explorá-la. As entrevistas não eram um instrumento de coleta de dados referentes ao vivido do participante, ainda que esse vivido também fosse importante – mas não para nos fixarmos nele. As entrevistas buscavam criar condições para tornar as atuais experiências mais amplas, alargando os pontos de vista iniciais, autonomizando-os. Era preciso aproximar as experiências de entrevistador e entrevistado e aprofundar o compartilhamento de sentido, o dialogismo, que, para nós, era a condição mesma de toda experiência e que, portanto, estava subjacente desde os primeiros instantes da entrevista. Na experiência do protocolo experimental, não era possível contemplar esta dimensão comum e genética da experiência: cada ponto de vista era vivido como proprietário de sua experiência particular – o participante se sentindo constrangido a responder de determinada maneira ao que lhe era perguntado e o pesquisador assumindo que suas dúvidas e expectativas não tinham (ou não deveriam ter) relação com a situação de aplicação do teste.

Enquanto na experiência do protocolo pesquisador e participante não estavam na presença um do outro, na entrevista essa presença se impunha (não se tratava de um jogo desimplicado de perguntas e respostas), de modo que ambos estavam durante um determinado tempo em um *setting* que explorava o compartilhamento da experiência. Assim, a entrevista dava lugar a uma experiência criadora, entrevistador e entrevistado se constituíam diferentemente e mutuamente ao longo dela. Muitas vezes, percebíamos um

engajamento crescente do entrevistado com o aumento da confiança na experiência da entrevista, trazendo novas lembranças e questões com entusiasmo. No entrevistador, notávamos uma condução progressivamente menos armada e mais em sintonia com a experiência, abrindo-se para redefinir as questões e encaminhamentos da entrevista. O manejo não diretivo acolhia diferentes perspectivas, o que favorecia ao entrevistado sentir-se pertencente e corresponsável, compartilhando o protagonismo da entrevista. Isto é, durante a entrevista, o entrevistado assumia uma posição colaborativa e criativa que ele não poderia ter assumido quando era apenas uma “fonte de dados” durante a realização do protocolo. A entrevista cartográfica não era apenas participativa, ela fomentava a participação. O compartilhamento da experiência caracterizava o sentido da participação e da intervenção na pesquisa, bem como o seu sentido de cuidado.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se voltar para o tema da experiência, as ciências cognitivas se deparam não apenas com um problema epistemológico, mas também ético e ontológico. Investigar a experiência em toda a sua espessura (vívda e prerrefletida) não se confunde com a representação de uma realidade *a priori*. Conhecer e incluir a experiência, considerando sua dimensão de alteridade, compõe um mesmo processo inventivo. O desafio é ultrapassar o abstrato das posições binarizantes e generalistas para, como afirma Varela (2003), reencantar o concreto da experiência.

Interrogados pela alteridade da experiência mnêmica, não podemos mais sustentar o conhecimento no modelo judicativo, o qual, baseado na representação, se atém ao dado. Sentimo-nos convocados a lateralizar com uma experiência que não pode ser localizada nem no pesquisador e nem no participante, pois essencialmente singular e comum (Kastrup & Passos, 2013). A experiência mnêmica apresenta não apenas sua face determinada e constituída, mas como algo que nos interpela e que é também constituinte, embaralhando as fronteiras que segmentam e binarizam o conhecimento, que separam o acerto do erro, o verdadeiro do falso, o pesquisador e o participante.

Com essa ênfase na alteridade, como plano comum da experiência, a inseparabilidade entre observação e conteúdos observados não pode se ancorar em um (suposto) sujeito reificado, seja o entrevistador seja o entrevistado. Para além da dicotomia subjetivismo-objetivismo, a produção de conhecimento se faz na reciprocidade

da relação, experimentamos a coemergência – conhecer como cocriação de si e de mundo. A pesquisa é assim necessariamente participativa, interventiva, e também cuidado.

**Sobre o artigo:**

**Recebido:** 23 de setembro de 2024

**Revisado:** 18 de agosto de 2025

**Aceito:** 22 de outubro de 2025



**REFERÊNCIAS**

- BELLI, R. F. Influences of misleading postevent information: misinformation interference and acceptance. **Journal of Experimental Psychology: General**, 118(1), 1989, p.72-85.
- BRANDÃO, C. R.; STRECK, D. R. **Pesquisa participante: a partilha do saber**. Aparecida, SP: Ideias & Letras. 2006
- BUBER, M. **Eu e tu**. SP: Centauro Editora. 2001
- DESPRET, V. The body we care for: figures of antrozoogenesis. **Body and Society**. 10(2-3), 2004, p.111-134.
- DESPRET, V. Os dispositivos experimentais. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 23 – n.1, 2011, p.43-58.
- EIRADO, A. Sentido e experiência no âmbito da atividade cognitiva. **Revista do Departamento de Psicologia (UFF)**, v. 17, no 2, 2005, p. 35-43.
- EIRADO, A.; PASSOS, E. A noção de autonomia e a dimensão do virtual. **Psicologia em Estudos**, Maringá, v. 9, n. 1, 2004, p.77-85.
- EIRADO, A.; PASSOS, E.; FERNANDES, C. V. A.; GUIA, F. R.; RATTO, F.; CARVALHO, J. F.; BARROS, L. M. R.; VASCONCELOS, C. S. Estratégias de pesquisa no estudo da cognição: o caso das falsas lembranças. **Psicologia e Sociedade** 22(1), 2010, p.84 - 94.
- EIRADO, A.; PASSOS, E.; VASCONCELOS, C. S.; RATTO, F.; FERNANDES, C. V. A.; GUIA, F. R.; LOUZADA, W. M. Memória e alteridade: o problema das falsas lembranças. **Mnemosine**, 2(2), 2006, p. 75 - 86.
- GOLDMAN, M. Alteridade e experiência: antropologia e teoria etnográfica. **Etnográfica**, vol. X(1), 2006, p.161-173.
- JACK, A; ROEPSTORFF, A. Introspection and Cognitive Brain mapping: from stimulus-response to scriptreport. **Trends in Cognitive Sciences**. 6(8), 2002, p.333-339.
- KANTOWITZ, B. H.; ROEDIGER III, H.; ELMES, D. **Psicologia Experimental**. SP: Thomson learning edições. 2006
- KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal: Revista de Psicologia**, 25(2), 2013, p.263-280.
- LOFTUS, E. F.; HOFFMAN, H. G. Misinformation and memory: the creation of new memories. **Journal of Experimental Psychology: General**, 118(1), 1989, p. 100-104.

LOFTUS, E.; KETCHAM, K. **The myth of repressed memory**. New York: St. Martin's Press. 1994

MONNERET, P. Alterité et signification. In: Gladieu, M. M.; Trouvé, A. (éd.), **Approches interdisciplinaires de la lecture n° 2. Lecture et altérités**, Reims: Épure, 2008, p. 187-202.

PASSOS, E.; BENEVIDES DE BARROS, R. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: Passos, E.; Kastrup, V.; Escóssia, L. (Org.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 17-31.

PASSOS, E.; EIRADO, A. Cartografia como dissolução do ponto de vista do observador In: **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009, p. 110-131.

PASSOS, E.; EIRADO, A. ; RENAULT, L.; SADE, C. A entrevista cartográfica na investigação da experiência mnêmica. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 38(2), 2018, p.275-290.

PASSOS, E.; SADE, C.; MACERATA, I. (Org.) **Entre clínica e política: produção de conhecimento e cuidado em saúde**. RJ: Nau editora. 2020

PETITMENGIN, C. Towards the source of thoughts: the gestural and transmodal dimension of lived experience. **Journal of Consciousness Studies**, 14(3), 2007, p.54-82.

RENAULT, L.; PASSOS, E.; EIRADO, A. Da entrevista de explicitação à entrevista na pesquisa cartográfica. In: Amador, F. S.; Barros, M. E. B.; Fonseca, T. M. G. (org.). **Clínicas do Trabalho e Paradigma Estético**. 1ed. Porto Alegre: UFRGS, 2016, p. 61-77.

RENAULT, L.; RAMOS, J. Participar da análise, analisar a participação: aspectos metodológicos de uma pesquisa-intervenção participativa em saúde mental. **Saúde e Sociedade**, 28(4), 2019, p.61-72.

RENAULT, L. L'approche énaactive et la place de l'altérité. Un dialogue entre Varela et Buber. **Journal of French and Francophone Philosophy**. 2020

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, DF, v. 23, n. 4, 2003, p. 64-72.

SADE, C.; FERRAZ, G.; MACHADO, J. O ethos da confiança na pesquisa cartográfica: experiência compartilhada e aumento da potência de agir. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 25(2), 2013, p. 281-298.

STEIN, L. M. (Org.) **Falsas memórias: fundamentos científicos e suas aplicações clínicas e jurídicas**. Porto Alegre: Artmed. 2010

TEDESCO, S.; SADE, C.; CALIMAN, L. A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer. **Fractal: Revista de Psicologia.**, 25(2), 2013, p.299-322.

VARELA, F. O círculo criativo: esboço histórico-natural da reflexividade. In: Watzlawick, P. **A realidade inventada**. Campinas: Editorial Psy II, 1994, p. 302-316.

VARELA, F. Neurophenomenology: A methodological remedy for the hard problem. **Journal of Consciousness Studies.** 3(4), 1996, p.330–349

VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. **A mente incorporada: ciências cognitivas e experiência humana**. Porto Alegre: Artmed. 2003

VARELA, F. O reencantamento do concreto. In : **Cadernos de Subjetividade – O reencantamento do concreto**. SP: Editora Hucitec/EDUC. 2003, p.71-85

VERMERSCH, P. **L’entretien d’explicitation**. Issy-Les Moulineaux: ESF Editeur. 1994.